

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 136 Rio de Janeiro, de 16 a 22 de outubro de 2006

Efeitos do álcool na mira da lei

Fabiano Veneza



Mais da metade das mortes no trânsito envolve motoristas embriagados, e pesquisas revelam que o jovem é sempre a maior vítima. Além disso, a maioria dos acidentes fatais ocorre nos finais de semana, principalmente nas noites de sábado. Mesmo em pequenas doses, o álcool prejudica a percepção de velocidade e distância, podendo causar dupla visão e incapacidade de coordenação. Segundo a coordenadora de estatísticas do Detran-RJ, Alda Araújo, cerca de 170 cidadãos fluminenses morrem, todo mês, em acidentes de trânsito, e mais de dois mil ficam feridos. “O gráfico de acidentes cresce muito nos fins de se-

mana, sendo sábado o pior dia. E esse número está diretamente ligado ao aumento do consumo de álcool nestes dias. Apenas dois copos de cerveja são suficientes para o motorista perder parte da visão periférica, mas ninguém bebe só duas cervejas”, explicou a coordenadora. A legislação em vigor no estado e as proposições que tramitam na Alerj apresentam alternativas à solução do problema e buscam não apenas punir o infrator, mas, principalmente, educar os jovens sobre a importância da prudência no trânsito, através de programas que previnam os riscos de acidentes.

PÁGINAS 4 e 5

Pesquisa verifica acessibilidade em hotéis do interior

PÁGINA 2

Produtividade parlamentar mantida no período eleitoral

PÁGINA 3

CPI da Varig: nova empresa pode contratar demitidos

PÁGINA 7

Acessibilidade em hotéis em questão

PESQUISA DA COMISSÃO DE TURISMO VAI VERIFICAR SE ESTABELECIMENTOS DO INTERIOR ESTÃO CUMPRINDO A LEI

CLARISSE BRETAS

A Lei 4.326/04, de autoria do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), e dos parlamentares Glauco Lopes (PSDB) e Georgette Vidor (PPS), determina que todos os locais de interesse turístico no estado sejam acessíveis a portadores de qualquer tipo de deficiência. Estes, porém, não têm muito o que comemorar, quando viajam para o interior do Estado do Rio. Do Sul ao Noroeste Fluminense, passando pela Região dos Lagos, a situação encontrada é a mesma: os hotéis não estão adaptados para receber hóspedes com deficiência. Com este cenário, a Comissão de Turismo da Alerj vai realizar uma pesquisa em hotéis e pousadas do interior do estado para verificar as condições de acessibilidade para deficientes físicos. “Temos que saber se os empresários estão investindo neste sentido. Hoje em dia fala-se tanto em inclusão, porque excluir os deficientes?”, questiona o presidente da comissão, deputado Glauco Lopes.

O formulário da pesquisa está sendo elaborado, mas a idéia é dar ciência aos estabelecimentos da lei estadual e questioná-los quanto às adaptações feitas. Depois, a comissão fará blitzes nos principais hotéis e pousadas de cada município, para



Fabiano Veneza



Rafael Wallace

Glauco Lopes e Georgette Vidor são autores da Lei 4.326/04, junto com Jorge Picciani

verificar as condições de acessibilidade. “Os grandes hotéis não se recusam a cumprir a lei, mas a medida vai atingir os pequenos estabelecimentos, porque os donos alegam que não têm dinheiro. Temos que ser parceiros das prefeituras, já que elas concedem alvarás de funcionamento”, lembra Lopes. O desrespeito à lei foi revelado após a divulgação, em setembro, de pesquisa do Rio Convention & Visitors Bureau, que revelou que apenas 71% dos hotéis da capital estão preparados para receber hóspedes com algum tipo de deficiência.

Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), Georgette Vidor lamenta que os poucos hotéis acessíveis para deficientes não sejam acessíveis no preço. “Esses hotéis são para poucos. A comissão incentiva a acessibilidade através dos certificados, para tentar regulamentar a lei. Os estabelecimentos dizem que têm a intenção de se adaptar, mas não o fazem”, critica. Ela lembra ainda que os Jogos Para-panamericanos, que acontecerão na cidade no próximo ano, servirão para mostrar o que o Rio oferece, em acessibilidade.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:
JORGE PICCIANI
1º Vice-presidente:
Heloneida Studart
2º Vice-presidente:
José Távora
3º Vice-presidente:
Sivuca
4º Vice-presidente:
Fábio Silva
1º Secretária:
Graça Matos
2º Secretário:
Léo Vivas
3º Secretário:
Marco Figueiredo
4º Secretária:
Aparecida Gama
1º Suplente:
Leandro Sampaio
2º Suplente:
Eliana Ribeiro
3º Suplente:
Nelson Gonçalves
4º Suplente:
Acáris ribeiro

Jornalista responsável:
Fernanda Pedrosa (MT-13511)
Coordenadora:
Fernanda Galvão
Repórteres:
Geiza Rocha
Luciana Ferreira
Pedro Motta Lima
Estagiários:
Aline Leal, Clarisse Bretas,
Dafne Capella, Fabiano Veneza,
Lilian Dias, Luciana Mendes,
Marcela Palma, Marcela Maciel,
Sérgio Jardim, Thayssa Plum
Fotógrafo:
Rafael Wallace
Diagramação:
Pedro Koblitz
Coordenação Gráfica:
Aranha / Gráfica Alerj
Montagem:
Bianca Marques e Rodrigo
Graciosa
Tiragem:
2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786
site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Qualquer pessoa que tomasse um centésimo da quantidade de drogas encontradas com essa loira entraria em coma. E essa senhora, com a cara mais lavada, mais sem vergonha, diz que é para seu uso.”

Sivuca (PTdoB), criticando a Lei Anti-Drogas, ao comentar a prisão de Sheila Gimenez, acusada de fornecer entorpecentes a traficantes do Rio



“Não achamos que Educação deva ser medida por produtividade, não há como medir essa produtividade e, portanto, não há por que manter uma gratificação com esse objetivo.”

Inês Pandeló (PT), pedindo o fim do programa Nova Escola, do Governo do estado

“Dá para fazer uma investigação melhor, para desbaratar quadrilhas e combater crimes no nosso estado.”

Flávio Bolsonaro (PP), sobre a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, que prevê câmeras em pedágios

Ritmo acelerado apesar das eleições

DEPUTADOS ESTADUAIS GARANTEM A APROVAÇÃO DE 161 PROJETOS DE LEI, ENTRE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO

PEDRO MOTTA LIMA

Os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conseguiram aliar o trabalho parlamentar com a campanha, durante o período eleitoral. Mesmo com 66 legisladores envolvidos diretamente na busca por votos junto aos eleitores – apenas quatro dos 70 parlamentares não se candidataram – foram aprovados, na Casa, 161 projetos de lei nos meses de agosto e setembro, quando foram realizadas 26 sessões plenárias. A maioria dos projetos teve como tema educação, defesa do consumidor, justiça, habitação e funcionalismo público. Prova de que a corrida por um bom desempenho nas urnas não atrapalhou o andamento dos serviços no Parlamento fluminense.

Entre as propostas aprovadas estão soluções para a morosidade da Justiça e a burocracia, como a que aumentou o número de câmaras cíveis do Tribunal de Justiça, com o intuito de agilizar as decisões judiciais, e a que foi responsável pela regularização de mais de 100 mil imóveis de baixa renda, isentando proprietários de taxas cartorárias. Também foram apreciadas questões polêmicas, como as contas da governadora Rosinha Garotinho referentes ao exercício fiscal de 2005, amplamente discutidas, tanto na Comissão de Orçamento quanto no plenário, e o projeto que prevê a realização, gratuita, de procedimentos de esterilização para maiores de 18 anos, na rede pública. O número de propostas aprovadas poderia ser maior, não fossem os 21 projetos de lei que receberam emendas de deputados, no sentido de aperfeiçoar os textos apresentados pelos colegas de Parlamento.

Os deputados também estiveram atentos aos fatos do dia-a-dia. Preocupados com os altos índices de acidentes de trânsito envolvendo jovens, aprovaram projeto que inclui a educação no currículo do ensino médio e fundamental, que já é lei sancionada pela governadora Rosinha Gartinho (veja páginas 4 e 5). Ainda nesta área,



Rafael Wallace

Votação que aprovou as contas do Executivo: trabalho não parou durante a campanha

Defesa do consumidor e dos desempregados

A defesa do consumidor mereceu atenção especial dos deputados estaduais, durante o período de dois meses que se antecedeu às eleições: de acordo com projeto de lei aprovado na Casa, as contas vencidas há mais de um ano, sem que neste período tenha ocorrido qualquer tipo de comunicação por parte do credor, não poderão mais ser cobradas.

Os parlamentares determinaram, ainda, que as concessionárias de energia elétrica não poderão cortar a luz de seus clientes inadimplentes sem que, antes, haja uma negociação entre as partes. Também foi aprovada na Casa proposta

que obriga as operadoras de telefonia móvel a desativarem linhas no prazo máximo de 24 horas, após o pedido de seus clientes.

Os desempregados também foram lembrados, durante a votação da proposta que proíbe empresas de excluir candidatos a vagas que tenham o nome no SPC ou no Serasa. Já os empregados em prédios residenciais ou comerciais receberam, dos deputados, a garantia de conforto no local de trabalho: foi aprovado projeto que determina que os empregadores disponibilizem alojamentos para seus funcionários.

determinaram que os boletins de ocorrência de acidentes de trânsito deverão informar quais os procedimentos necessários para se obter o seguro obrigatório. Os parlamentares aprovaram, ainda, projeto de lei que autoriza o Ministério Público (MP) a criar grupos especiais de investigação, que vão, por exemplo, investigar o crime organizado no estado. A preocupação com o meio ambiente também teve seu lugar: os parlamentares aprovaram iniciativa que determina sistema de reúso de água

servida e pluvial, nas novas edificações no estado.

Os funcionários públicos, idosos e deficientes não foram esquecidos pelos deputados, durante as votações ocorridas no período eleitoral. Os servidores do Judiciário e do Ministério Público tiveram seus salários reajustados pelos parlamentares, conforme a meta de inflação do Banco Central. Já os maiores de 65 anos e deficientes tiveram a validade dos seus cartões especiais de estacionamento ampliadas.

Álcool e direção: legislação para coibir equação que pode ser fatal

Educação para o trânsito passa a fazer parte do currículo escolar

LUCIANA MENDES E SÉRGIO JARDIM

A estudante de medicina Paula Rocha Braga, de 22 anos, tinha acabado de tirar a carteira de motorista e resolveu ir à festa de um amigo dirigindo. Bebeu a noite inteira e, neste dia, não voltou pra casa. Perdeu o controle do veículo e bateu com o carro num canteiro, a poucos metros da casa dos avós, em Niterói. No acidente, que ocorreu em maio de 2004, Paula estava sem o cinto de segurança e foi lançada contra o pára-brisa do carro que dirigia, que ficou totalmente destruído na colisão. Paula teve os dentes da frente quebrados e sofreu um profundo corte no rosto. “Quem me socorreu foi o meu avô que, quando me viu, achou que eu estivesse morta. Não me lembro do momento do acidente, apenas me recordo de ter acordado no hospital e da minha família impedir que eu me olhasse no espelho. Meu rosto estava deformado, muito inchado e roxo”, contou a estudante. Hoje, Paula não consome um único drinque alcoólico quando vai dirigir e não pega mais carona com motoristas que tenham ingerido bebidas alcoólicas. “Sempre que bebemos achamos que estamos em perfeitas condições de dirigir. Dei muita sorte de ter tido uma segunda chance, de estar sozinha no carro e de não ter batido contra outro veículo”, lembra ela.

Álcool e direção não combinam, e a história da estudante Paula se repete, todos os dias, na vida de inúmeros cidadãos fluminenses. A preocupação com o consumo excessivo de bebidas alcoólicas que, associadas à direção, são responsáveis por mais da metade dos acidentes de trânsito registrados no estado, tem levado os parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio a aprovar, ao longo dos anos, leis e projetos acerca da questão.

Para o presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), a conscientização sobre a importância da prudência no



Fabiano Veneza

Paula Braga: estudante sofreu acidente grave, quando dirigia alcoolizada

trânsito deve começar ainda na escola. O parlamentar é autor da Lei 4.864/06, sancionada no dia 5, que pretende incluir a educação no trânsito como tema do currículo escolar do Ensino Fundamental. A nova norma determina que o tema deverá ser apresentado aos alunos de forma contextualizada às situações do cotidiano, como sinalização, a relação entre veículos

Por ano, no estado, 25 mil acidentes de carro deixam 2.500 mortos e 40 mil feridos

e pedestres, a função dos agentes de trânsito. “Por mais que esses temas sejam abordados nas aulas da auto-escola, é fundamental que a conscientização comece antes, como parte da formação do indivíduo. Tão imprudente quanto o motorista bêbado é aquele que entra no seu carro”, acrescenta o deputado.

O estímulo ao desenvolvimento de programas educativos em prol da questão

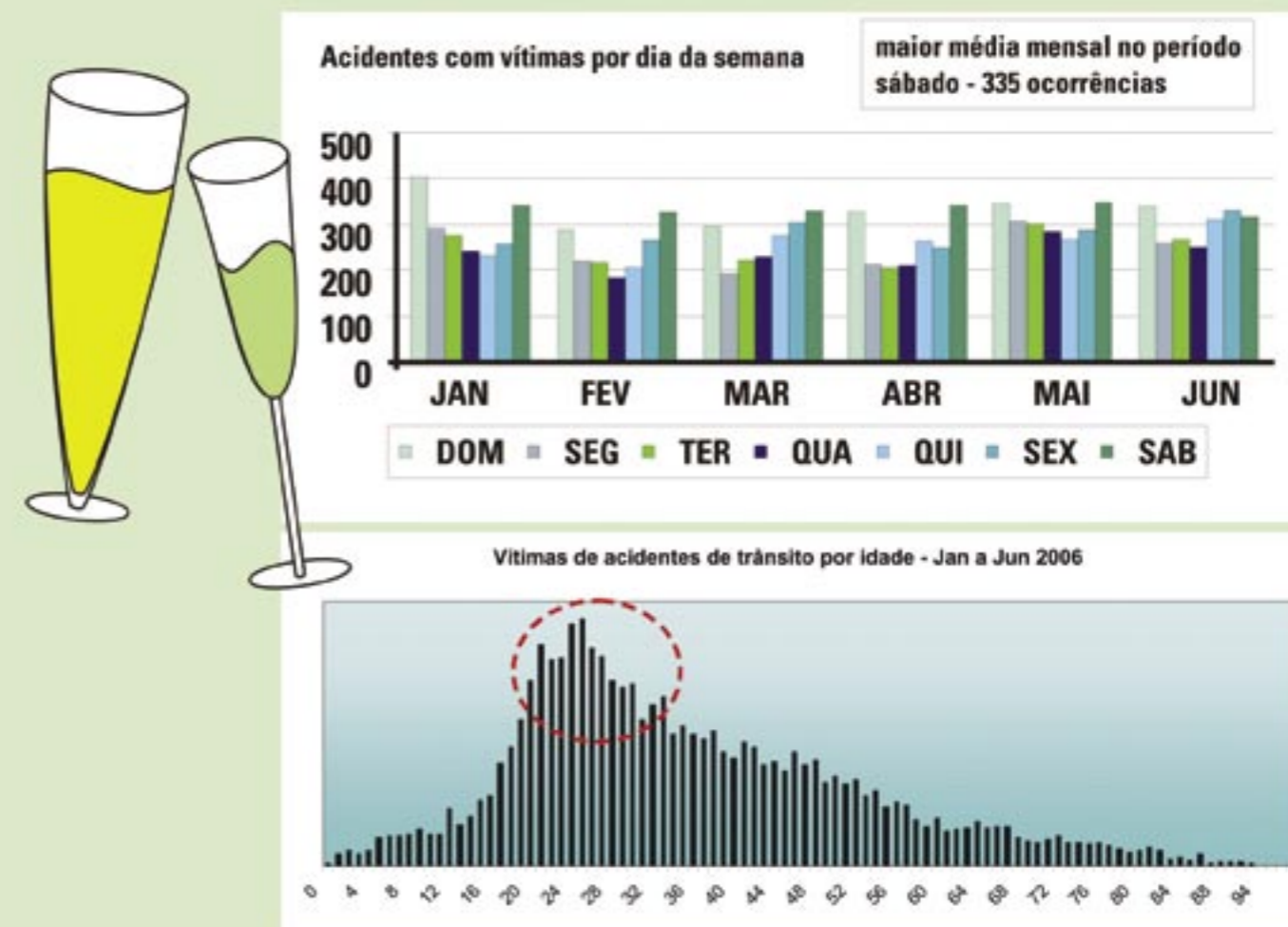
também esteve na ordem do dia da Casa. Tramita na Assembleia o projeto de lei 2.421/05, de autoria do deputado Carlos Minc (PT), que pretende destinar 35% da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito para campanhas publicitárias de prevenção de acidentes de trânsito. “Hoje em dia temos uma necessidade de controle social e, para isso, precisamos criar uma legislação que disponha de prevenção de acidentes de trânsito decorrentes de bebidas alcoólicas. Alcoolismo é um caso de saúde pública”, alertou Minc.

De acordo com dados do departamento de Estatísticas do Detran-RJ, somente no estado do Rio são registrados, por ano, 25 mil acidentes de carro, que deixam, em média, 40 mil feridos e 2.500 mortos. Somente entre janeiro e junho deste ano, o município do Rio apresentou uma média mensal superior a mil vítimas de acidentes de trânsito, superando em dez vezes os municípios com as segunda e terceira colocações: São Gonçalo, com 126 vítimas mensais e Duque de Caxias, com 125.

Apesar de dirigir bêbado ser crime, de o infrator ganhar sete pontos na CNH (Carteira Nacional de Habilitação) – pon-

Mortes aumentam nos finais de semana

Arte Pedro Kobitz



tuação máxima – e ter o direito de dirigir suspenso, podendo inclusive ser preso por um período que varia de seis meses a três anos, os números relacionados à combinação de álcool e direção são alarmantes. É o que comprova a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Detrans (Abdetran) em 2001, nas principais capitais brasileiras: o estudo mostrou que 61% das pessoas envolvidas em acidentes de trânsito tinham ingerido bebida alcoólica. A pesquisa também revelou que, no Rio de Janeiro, 41% dos acidentes são causados por excesso de velocidade, normalmente associado ao consumo de bebidas alcoólicas.

Preocupado com futuro dos jovens, o deputado Marco Figueiredo (PSC) criou a Lei 4.615/05, que autoriza o Executivo a

instituir o Programa de Prevenção e Conscientização do Álcool no estado. Segundo o deputado, o importante é investir na prevenção. “A nossa intenção é criar dentro da escola pública uma campanha de esclarecimento à respeito do álcool. Os dados atuais são críticos e os jovens estão começando a beber cada vez mais cedo”, alertou. Fez coro com Marco Figueiredo o parlamentar Caetano Amado (PL), que discorda da propaganda positiva em torno da bebida. “A juventude acha bonito beber, e o que ocorre é uma inversão de valores. Com isso, cresce o número de acidentes. E já está provado que misturar bebida e direção é suicídio” argumenta o parlamentar, que é autor do projeto de lei 455/03, que pretende obrigar os fabricantes e distribuidores de bebidas alcoólicas

do estado a informar, nos rótulos de seus produtos, a expressão “Proibida a venda a menores de 18 anos”.

Já o deputado Fábio Silva (PMDB) é autor da Lei 4.850/06, que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas em ônibus intermunicipais. De acordo com a medida, o motorista terá autoridade para fazer cumprir a determinação e, em caso de desobediência, o passageiro deverá ser retirado do coletivo com ajuda policial. “Espero garantir a tranquilidade da viagem daqueles que não bebem e que podem ser obrigados a conviver com algazarras próprias de quem está sob efeito do álcool”, argumenta o parlamentar, que também é autor do projeto que pretende proibir a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e serviços.

EM DEBATE: OBRAS DO PAN-AMERICANO FICARÃO PRONTAS A TEMPO?

GEORGETTE VIDOR

DEPUTADA ESTADUAL PELO PPS

Hora de unir forças

Augusto Carazza



Recentemente, li que representantes do Comitê Olímpico Canadense (COC) estiveram no Rio realizando uma visita de inspeção aos Jogos Pan-americanos de 2007. O COC informou que o país deverá participar do evento com uma delegação estimada em 425 atletas. O Rio será a sede do Pan, mas também tem que fazer bonito nas competições das diversas modalidades, e para isso é necessário ter espaços de alto nível para treinamento, além de investimentos na formação dos atletas. Sabemos que ocorreram avanços, principalmente porque os dirigentes das três esferas abandonaram diferenças políticas em torno de um ideal: a realização do segundo maior evento esportivo do mundo.

Entre as principais obras para o Pan estão a reforma do complexo do Maracanã, a construção do Estádio João Havelange, a ampliação da Marina da Glória, a reforma do Riocentro e a construção de um centro de hipismo. A iniciativa privada promete construir hotéis de nível internacional, para receber turistas, além da Vila Olímpica. O que mais preocupa é a falta de tempo que nossos atletas terão para desfrutar desses espaços de treinamento. Se as obras já estivessem prontas, os brasileiros teriam o privilégio de os conhecerem antes de qualquer outro competidor. Como ex-técnica da Seleção Brasileira de Ginástica

Olímpica, sei do conforto que era para as atletas treinar no local onde competiam. Poderíamos, também, sensibilizar a população para o desenvolvimento e o incentivo da prática esportiva. Não queremos

“Não queremos apenas a idéia de um esporte competitivo”

apenas a idéia de um esporte competitivo, mas sim estimular toda a população para os benefícios de uma vida ativa. Atualmente as obras para os jogos estão em andamento, mas, durante a sua preparação, foi constatado que a cidade estava bastante defasada em seus complexos esportivos. Com o Pan, poderíamos trazer mais infraestrutura para a cidade, melhorando os transportes, saneamento básico, limpeza das lagoas, mas com a falta de tempo todas as obras ficaram voltadas para os locais de competição. No entanto, não é hora de lamentar e sim de unir forças para mostrar ao mundo que somos capazes.

LUIZ PAULO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

Obras prontas a tempo?

Dafne Capella



Esta questão só aceita uma resposta: sim.

Não podemos passar pela experiência – de triste memória – vivida pelo povo da República Dominicana, que deu as boas vindas à família Pan-Americana, em 2003, num enorme canteiro de obras. Acompanhei, em Santo Domingo, a angústia dos organizadores que retiravam tapumes horas antes do início das competições esportivas.

Quatro anos depois, os erros se repetem. Os relatos que nos chegam dão conta de que os cronogramas de obras estão atrasados. Uma situação inadmissível num País que se orgulha de ter uma das maiores economias do planeta e o maior PIB abaixo do Rio Grande.

A menos de um ano para o início dos jogos, poucos são os equipamentos esportivos que estão dentro do prazo de conclusão. No Autódromo, por exemplo, as arenas para as competições de basquete, ciclismo e natação estão com as obras atrasadas e os operários estão trabalhando em três turnos para cumprir as metas. O Complexo do Maracanã é o que mais preocupa. De responsabilidade do Governo do estado, as obras estão para lá de atrasadas. No velho estádio, orgulho dos cariocas, as obras se arrastam que chega a dar dó. O Maracanãzinho, que deverá ser a sede das competições de vôlei, corre o risco de não ficar pronto a tempo.

“Responsabilidade do Governo do Estado, as obras estão atrasadas”

Complexo Esportivo de Deodoro – para as provas de hipismo e tiro. Só palanque – porque dinheiro que é bom, nada. Até o simpático mascote apareceu com atraso. Só deu o ar da graça agora, na reta final, e a princípio sem nome. A crise só não tomou maiores proporções por conta do Comitê Olímpico Brasileiro. Seu presidente, um diplomata, faz de tudo para viabilizar o Pan-Americano no Rio. Usa inclusive seu prestígio pessoal para conseguir o que os governos federal e estadual não conseguem. Afinal, ninguém quer macular a imagem do Pan 2007, que nem começou.

Gestor da Varig anuncia contratações

EM DEPOIMENTO À CPI QUE INVESTIGA A VENDA DA COMPANHIA, MIGUEL DAU PROMETEU MANTER A SEDE NO RIO

Dafne Capella

PEDRO MOTTA LIMA

O ex-diretor e atual gestor da Varig, Miguel Dau, afirmou, durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a venda da companhia, no dia 10, que pretende contratar para a antiga Varig, que será administrada pela empresa aérea Nordeste, parte dos funcionários demitidos pela empresa vendida, assim que a mesma conseguir dar início às suas atividades aéreas. Ele explicou que no atual processo de transição, a Varig antiga e a Varig nova atuam em conjunto: como a Varig nova ainda não possui o Certificado de Homologação de Empresa de Táxi Aéreo (Cheta) para voar, a Varig antiga, que possui o certificado, opera para a nova. E, uma vez que a VarigLog, que é a empresa compradora da Varig, conseguir da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) o certificado, a Varig antiga permanecerá sob a sua administração. “Não respondo pela VarigLog, mas posso afirmar que a Nordeste cumprirá com o que foi acordado no contrato assinado entre o Governo do estado e a Varig, em 2004. A base administrativa e operacional da Nordeste será transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, e conforme formos adquirindo aeronaves, contrataremos os ex-funcionários da Varig”, garantiu o gestor.

Miguel Dau assumiu o cargo de gestor da Varig em agosto deste ano, após a compra da Varig pela VarigLog e, desde então, é o responsável pelo cumprimento do plano de recuperação judicial da Varig. O gestor da companhia afirmou, no entanto, que está à procura de investidores para que a companhia remanescente comece a voar. “Se conseguirmos parceiros, em janeiro de 2007 começaremos a voar, e cada avião adquirido gerará 120 novos empregos”, explicou Miguel.

Também convocado a depor na CPI, o presidente da VarigLog, João Luis Bernes de Souza, não compareceu. “Ele mandou um ofício avisando que não poderia comparecer à audiência e solicitando que remarcássemos o encontro para o dia 1º de novembro. Considero, porém, esta



Miguel Dau, durante o depoimento: cada novo avião comprado gerará 120 empregos

Comissão já ouviu três pessoas envolvidas

Instalada há pouco mais de um mês, a CPI da Varig já conta com três depoimentos de pessoas envolvidas com a venda da empresa: do sócio da Volo Brasil, Marco Antônio Audi, do representante do fundo de investimento Matlin Paterson, Lap Wai Chan, e do gestor da Varig e representante dos trabalhadores, Miguel Dau. Audi, ouvido pelos membros da CPI no dia 20 de setembro, reafirmou durante o seu depoimento que a sede operacional da empresa será transferida para São Paulo e que a Volo não arcará com os passivos da Varig. O sócio da Volo Brasil

acrescentou que a nova administração pretende recontratar os 4.500 funcionários da Varig que foram demitidos desde que a empresa foi vendida. “A recontração dos funcionários demitidos é a nossa prioridade. Pretendemos aumentar a frota de 15 para 28 aviões, o que geraria mais de três mil empregos”, informou Audi. No último dia 5, Chan disse que desistiria da compra da Varig caso fosse obrigado a assumir os seus passivos trabalhistas. “Seria impossível administrar uma empresa tendo as contas bloqueadas diariamente por decisões judiciais”, afirmou Chan.

data muito distante e vamos convocá-lo novamente para prestar depoimento”, informou o presidente da CPI da Varig, deputado Paulo Ramos (PDT). O pedetista também anunciou que o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, será convocado nas semanas seguintes.

Presente à audiência, o secretário-chefe de Gabinete da Governadoria, Fernando Peregrino, criticou o fato de o gestor saber do contrato entre o Governo e a Varig e não ter comunicado o mesmo

aos compradores da Varig. “Acho curioso que ninguém tenha explicado aos compradores sobre as obrigações da empresa que estavam adquirindo”, argumentou Peregrino. O contrato, assinado em 2004, previa a manutenção dos 4,5 mil empregos no estado, o aumento da área de controladoria e do número de vôos nacionais e internacionais a partir do Aeroporto Internacional Tom Jobim e a permanência das sedes operacional e administrativa no estado. Em contrapartida, a Varig recebeu concessões, como a redução do ICMS.

ENTREVISTA PAULO MELO

DEPUTADO PELO PMDB

'Tenho um contrato com a população'

THAYSSA PLUM

Líder do PMDB e presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Paulo Melo foi o quarto candidato a deputado estadual mais votado nestas eleições. Em 2007, ele irá tomar posse do seu quinto mandato, após uma trajetória de 13 anos voltada especialmente para o interior do estado, para a garantia da aprovação de matérias constitucionais e para as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) instaladas na Casa. O deputado, que aos 11 anos de idade trocou Saquarema pelo Rio de Janeiro e viveu como menino de rua na capital, assumiu a presidência das CPIs do extermínio de menores e da prostituição infantil, logo no seu primeiro mandato. Nesta legislatura, presidiu a CPI que investigou irregularidades na Secretaria estadual de Fazenda, a CPI do Propinoduto, que foi instalada em 2003 e colaborou para a prisão de funcionários públicos envolvidos na remessa ilegal de US\$ 33,4 milhões para a Suíça e a anulação do cancelamento de multas a empresas, possibilitando a recuperação de R\$500 milhões pelo estado. Paulo Melo é autor de leis como a que permite o parcelamento, em até 60 vezes, dos débitos com a Cedae (Lei 4.382/04) e a que possibilita aos maiores de 65 anos a isenção do pagamento da renovação da Carteira Nacional de Habilitação (Lei 4.085/03).

A que o senhor atribui os 110 mil votos conquistados nestas eleições?

Quanto maior a votação, maior é o meu comprometimento com a população do estado. Em 1992 comecei meu primeiro mandato na Alerj, depois de ter sido eleito com 8.645 votos. Em 1993 tive 13 mil votos, em 1997 tive 66 mil votos e em 2002 tive 81 mil votos. Neste ano, foram mais de 100 mil votos. Esse crescimento é fruto do meu trabalho como parlamentar e como porta-voz de vereadores, prefeitos e



Rafael Wallace

da população em geral, junto ao Executivo. Continuo sendo eleito pelos mesmos municípios desde 1992, o que significa a aprovação do mandato pelos eleitores.

O que o senhor fez pelos municípios da sua base eleitoral?

No interior do estado procuro intermediar

"A Alerj é fundamental para a sustentação da democracia"

a realização de obras de infra-estrutura e saneamento básico, fundamentais ao desenvolvimento da região. Antes de 1990, Saquarema não tinha nenhuma rua municipal asfaltada. Hoje, são mais de trezentas. Há pessoas que pedem cargos ao Governo. Eu peço obras. Além disso, não deixo de cumprir a minha obrigação enquanto parlamentar, que consiste em apresentar propostas em benefício da população, fiscalizar o Executivo e, enquanto presidente da Comissão de Constituição

de Justiça, emitir pareceres favoráveis ou não aos projetos de lei.

O que fez com que o senhor se candidatasse cinco vezes a deputado estadual?

Sou parlamentarista por convicção. A Assembleia Legislativa é um instrumento fundamental para a sustentação da democracia e a garantia dos direitos dos cidadãos. Gosto do mandato parlamentar em todas as suas nuances: a combativa, a investigativa, a legislativa, a fiscalizadora. O deputado deve estar presente onde a população está desamparada.

Quais são as suas propostas para os próximos quatro anos?

Tenho um contrato com a população, e o cumprimento desse contrato se dá pela minha produtividade. Vou continuar atuante no plenário, aprovando leis que beneficiam a população. Além disso, quero continuar levando as demandas do povo ao Governo, fiscalizando o Executivo e apresentando soluções para os problemas de diferentes regiões do estado. Para que essas soluções sejam colocadas em prática, é preciso que haja diálogo entre o Palácio Tiradentes e o Palácio Guanabara.